

“A MORTE E A MORTE”... DOS HOMOSSEXUAIS

Anderson Ferrari

PPGE/UFJF/UNICAMP

E-mail: aferrari13@globo.com

Fernando Seffner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: fernandoseffner@gmail.com

Resumo: Este artigo discute a dimensão pedagógica que situações e representações associadas à morte têm na construção das homossexualidades, em particular as masculinas. As ideias de morte, ao atingirem esses “estranhos, anormais e diferentes”, produzem situações de forte exclusão, que aqui vamos analisar com base nos conceitos foucaultianos de biopoder e racismo de Estado, demonstrando que as práticas discursivas, para além de simplesmente descrever e nomear o “real”, criam e legitimam aquilo que chamamos e identificamos como “a realidade”. A exclusão dos indivíduos homossexuais é o produto de mecanismos que articulam tanto o medo subjetivo de se identificar com o desejo que é do “outro”, ao mesmo tempo estranho e próximo de mim, quanto de uma rede de poderes que situa alguns indivíduos como mais aptos a serem incluídos nos benefícios da sociabilidade e outros como mais distantes dessa possibilidade. Com essa análise, a pretensão é pensar como essas questões estão presentes no ambiente escolar.

Palavras chave: morte; homossexualidade; educação; exclusão; disciplinamento.

...dos militantes, dos alunos e desses outros que existem dentro de nós

Sob a inspiração da obra de Jorge Amado (1977) – *A Morte e a Morte de Quincas Berro Dágua* – o artigo já anuncia, de antemão, a pretensão de abordar o tema a partir de duas situações de morte que atingem aqueles considerados *estranhos, anormais e diferentes – os homossexuais*. A homofobia no Brasil é algo que vem chamando a atenção de várias instâncias de poder e servindo para aproximá-las em torno do combate dessa prática de exclusão das diferenças. Homofobia que se relaciona com outro conceito importante para esse artigo – a heteronormatividade – a obsessão com a sexualidade normalizante evidenciada por uma proliferação de conselhos sobre como “curar” ou evitar a homossexualidade, considerando a heterossexualidade como sendo a sexualidade estável e natural. (LOURO, 1997, 2003; BRITZMAN, 1996). Tomando essa afirmativa como base, a intenção é pensar a união entre grupos gays e escolas implicados nessas práticas e discursos que estão atravessando a construção das homossexualidades, sobretudo o interesse pelo campo da educação. Em especial, este texto é um convite a problematizar alguns conceitos tidos como naturais, e que, portanto, não despertam, em geral, nenhum tipo de desconfiança. Conceitos que não nos governam sozinhos, mas que nos fornecem indicações de como devemos nos relacionar em relação às diferenças. Refletir sobre esse processo de normalização da sociedade e das ideias que organizam nossas ações, discursos, modos de ser e de se relacionar com as diferenças é uma forma de desnaturalizar os conceitos de normalidade e anormalidade.

Esses mecanismos de construção discursiva revelam contextos sociais e institucionais que buscam entender, capturar, explicitar e dominar as diferenças e que, assim, acabam por contribuir para a sua própria criação. Isso parece servir para demonstrar como essa percepção e classificação fazem parte de um fenômeno que atinge a todos e que é capaz de elaborar julgamentos e imagens sobre o “outro”, numa direção de apropriação e de dominação. Pensamos que seria importante trazer essa discussão e entender esse processo de construção das representações, dos significados, das diferenças, das identidades, do “outro”, das homossexualidades e dos homossexuais para o campo das lutas políticas e culturais. Entendida como campo de construção e reconstrução de significados simbólicos, e, portanto, de mudanças constantes, a cultura não é algo dado e estável, mas em construção e instável, em que estão envolvidas fortes relações de poder e de estabelecimento de hierarquias.

Trazemos de início algumas questões, que demonstram a “insistência” desses outros – os homossexuais – em marcarem uma estranheirice, uma diferença identitária. Assim, a morte se traduz em prática real e também simbólica,

192 Niterói, v. 10, n. 1, p. 189-217, 2. sem. 2009

a marcar os limites de possibilidade da expressão dessas diferenças identitárias. Não são relações distantes, não são mortes distantes, ao contrário, estão muitas vezes presentes numa lógica de silenciamento que nos coloca questões incômodas. Por que matamos os homossexuais? Quem determina o que é anormal, doente, estranho? A partir da construção dessas definições, como lidamos com as diferenças e com os diferentes? Na ficção e na vida real, algumas trajetórias de vida nos servirão de porta de entrada para a discussão. Neste sentido, é importante deixar claro que a utilização de algumas obras literárias nos servirá apenas como detonadora da discussão e que não é objetivo desse artigo trabalhar com pesquisas que vinculam literatura, homossexualidade e educação. Assim, este texto é fruto de nossa trajetória acadêmica e de pesquisa no campo das sexualidades interessados na articulação entre discursos, saberes e poderes na construção das identidades homossexuais.

Joaquim Soares da Cunha, funcionário público exemplar, respeitado e ouvido pelos vizinhos, cidadão calmo, de aparência cuidadosa e hábitos modestos, transformara-se, para desespero da família, em *Quincas Berro D'água*, vagabundo de atos inconsequentes, debochado, jogador e sem família. Ao se tornar um problema, um desgosto, uma vergonha, Joaquim, morrera há muito, ou melhor, teria sido morto pelos outros, deixado no esquecimento, lembrado nas memórias saudosas, fadado a não se mostrar. O que nos leva a pensar numa primeira morte, senão física pelo menos simbólica, que podemos denominar de morte social ou morte civil, conforme Daniel (1994) e Souza (1994). A morte civil é o fenômeno social decorrente da internalização do "tabu da morte" (RODRIGUES, 1979), neste caso transmitido por meio da noção simbólica de "morte anunciada", um novo olhar sobre a vida em que se incorporam todos esses medos do morrer. Podemos também nos valer de outra obra ficcional para tratar do tema da morte.

A leitura da *Crônica de Uma Morte Anunciada* de Gabriel García Márquez nos fornece elementos para melhor construir o conceito de morte anunciada. A trama principal dessa obra transcorre entre uma noite e a manhã do dia seguinte e gira em torno da festa de casamento do personagem Bayardo San Román com Ângela Vicário e a descoberta, na cama nupcial, de que a noiva não era virgem. Bayardo San Román devolve a noiva para a casa dos pais no meio da madrugada, e ela confessa o nome daquele que supostamente a fez perder a virgindade: Santiago Nasar. A partir daí, os irmãos da noiva, Pedro e Pablo, saem a procurar por Santiago para matá-lo e com isso lavar a honra da irmã. O dia está raiando, a cidade se agita desde cedo para a visita do Bispo, e todos terminam por ficar sabendo da intenção dos irmãos Vicário. Um conjunto de estratégias de ocultamento e negação faz com que todos os

habitantes do povoado, embora sabendo do crime que vai ser cometido, não tomem providência alguma para evitá-lo. Ao final, de modo impressionante, Santiago Nasar é morto em praça pública, no meio de imensa multidão, ali reunida praticamente para assistir sua morte, embora sem comprovação alguma de que ele fosse efetivamente o culpado. Uma semana depois, quando o juiz instrutor chega para dar andamento ao inquérito, o povo acorre em massa a dar depoimentos, a lembrar o morto como boa pessoa.

Voltando ao romance de Jorge Amado, mais do que morte trata-se de um “assassinato”, de um ato cometido pelo outro. Ato que a “verdadeira” morte veio corrigir, já que, ao morrer, as lembranças recuperaram o Joaquim visto pelo outro, do mesmo modo que vemos no romance de Gabriel García Márquez. “Quando um homem morre, ele reintegra, ele se reintegra em sua respeitabilidade mais autêntica, mesmo tendo cometido loucuras em sua vida. A morte apaga, com sua mão de ausência, as manchas do passado e a memória do morto fulge como diamante” (AMADO, 1977, p.18). *Quincas Berro Dágua* e Santiago Nasar, e suas muitas mortes, tantas vezes reproduzidas quando as questões da homossexualidade vêm à tona. Passemos à vida “real”.

Francisco Adamor Lima Guedes,¹ de sorriso largo, tranquilo, cabelos lisos e pele morena denunciando sua herança indígena, transformara-se, para alegria dos homossexuais em *cunha-poranga*,² um militante do movimento homossexual e presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas, Transgêneros – AAGLT³. Era presença marcante nas ruas de Manaus, denunciando os crimes e delatando bandidos que matavam homossexuais e que continuavam em liberdade e impunes, além da luta em defesa das pessoas que vivem com Aids no Estado do Amazonas. Foi assassinado em Manaus mesmo depois de declarar ter recebido ameaças de morte, chegando, em determinado momento, a contratar um segurança particular para garantir sua proteção. Abandonado pela família em vida, ficou depois de morto entregue a ela, que agora teria a oportunidade de recuperar e construir a imagem e a memória que dele guardava. No entanto, isso não se fez sem tensão, uma vez que, desde que se tornou público, ele em muito deixou de pertencer à família, passando a fazer parte do patrimônio simbólico do movimento homossexual, que também reivindicou o seu “direito” de guardar a memória que tinha do ativista, o que pode

¹ O nome desse militante foi mantido devido a sua trajetória de luta e de visibilidade, além de ser importante para que o leitor tenha conhecimento de quem se trata e faça referência ao que aconteceu. Adamor foi assassinado na madrugada do dia 28 de Setembro com uma facada no pescoço em seu próprio apartamento.

² Apelido utilizado por alguns membros de outros grupos gays para se referir a Adamor e lembrado em artigo escrito pelo antropólogo e ativista do GGB – Grupo Gay da Bahia – Luiz Mott.

AAGLT está sediada em Manaus.

ser constatado pela fala de um militante gay: "Adamor não pode ser enterrado como um pecador. Em nome da bandeira do Arco Íris e do laço da aids, ele deve ser enterrado com toda a dignidade que um ativista de direitos humanos em aids e homossexualidade merece. Que a família entenda que pelo menos em morte Adamor precisa ser respeitado como ser humano. Um enterro digno aos que lutaram contra a homofobia reinante no país".

Túlio da Silva,⁴ aluno da sexta série de uma escola pública federal em Minas Gerais, era respeitado, ouvido e considerado por seus colegas como o "melhor" e mais "brilhante" aluno da classe. Cumpridor de suas tarefas, excelente leitor e escritor, atencioso e participativo, transformara-se, para surpresa da escola e da família, no "*viadinho da sala*", um aluno disperso, desinteressado, negligente com as solicitações dos professores e arredo, mudando-se de companhia e ocupando a última fileira da sala. Tornando-se um problema, um enigma, um incômodo, Túlio, o "bom aluno", morre, pouco a pouco, nas constatações dos professores por meio da queda de desempenho. Relembrado nas memórias saudosas do ano anterior, cobravam seu retorno, sua re-inserção e seu enquadramento. Diante de sua "insistência" em não ocupar o lugar que o outro havia lhe reservado, foi deixado no esquecimento. A dificuldade dos professores em perceber o que estava acontecendo foi enfrentada a partir de um fato extremo. Insistentemente acusado de ser homossexual, resolveu "assumir-se", aceitar o rótulo imputado pelos outros, utilizando essa característica como forma de agravar a sua mudança de comportamento. A homossexualidade revelada serviu para deixá-lo ainda mais no esquecimento, resultando numa tentativa de suicídio no colégio: mostrando uma caixa de comprimidos de tarja preta, Túlio comunica a uma amiga mais próxima, que havia acabado de tomar alguns deles.

O relato breve dessas trajetórias, ficcionais e reais, nos permite perceber as intrincadas relações existentes entre amor, morte, diferença e homossexualidade, unindo elementos do social, do político e do afetivo. A construção da homossexualidade pode ser entendida a partir do diálogo entre esses três aspectos, o que nos coloca questões importantes quando pensamos em educação: como educar o "outro" como outro e não como espelho de mim mesmo? Como garantir o lugar dos sujeitos, o direito às escolhas pensando que conflito e solução fazem parte desse processo de convívio social, de construção e afirmação das identidades e de relações de saber e poder?

⁴ Nome fictício, para garantir o anonimato do aluno.

“A Morte...” – Biopoder e o racismo de Estado

Dois fatos narrados a partir da relação entre diferença, homossexualidade e morte. E, assim como na ficção, Adamor e Túlio também são mortos na medida em que não se enquadram e insistem em “impor” suas diferenças. Morte traduzida, inicialmente, no esquecimento, no abandono e no repúdio. Segundo Mott (1996), embora o Brasil seja o país que ostenta fama internacional de aceitação e visibilidade da homossexualidade, é também o campeão mundial em assassinatos, denunciando que a cada quatro dias um homossexual é morto, vítima da homofobia – intolerância à homossexualidade. Além das mortes, os homossexuais são vítimas preferenciais de outras agressões, tais como xingamentos, expulsão, abandono, suicídio, torturas e surras (MOTT, 1996). Mesmo reconhecendo a precariedade dessas estatísticas divulgadas pelo GGB,⁵ servimo-nos delas para denunciar algo mais grave:

Embora, infelizmente, tortura, assassinatos e chacinas venham ocorrendo no Brasil com preocupante frequência e impunidade, conforme tem sido divulgado pela mídia mundial, a violência contra os homossexuais brasileiros assume proporções ainda mais chocantes, havendo lastimavelmente um hediondo complô do silêncio contra sua divulgação. Enquanto matança de meninos de rua, índios, favelados e presidiários recebe justa repulsa internacional, os mesmos defensores dos direitos humanos ignoram ou se calam perante os assassinatos de *gays* e *lésbicas*. (MOTT, 1996, p. 103).

O silêncio, o ocultamento e a dissimulação, já citados nas obras literárias e nos fragmentos de trajetórias de vida, aparecem novamente aqui, acompanhados do dado estatístico. Aprofundamos a reflexão destas situações com elementos da perspectiva foucaultiana, em particular os conceitos de sexualidade, racismo de Estado e biopoder/biopolítica. O conceito de *biopolítica*, apresentado no último capítulo da História da Sexualidade I, serve para defender a tese de que o poder não significa apenas repressão, mas que ele tem algo de positivo na medida em que também produz realidades e verdades. Esse conceito parece seguir o caminho apontado por Foucault no que se refere a sua análise e problematização da sexualidade, demonstrando que sexo e sexualidade não são dados naturais diretamente associados à repressão cristã e capitalista, mas que foram “inventados” por complexos dispositivos e micropoderes disciplinares, historicamente datáveis, problematizando, assim, a hipótese puramente repressiva da sexualidade. Foucault (1988) defende que é possível construir uma ideia positiva do poder e de seus efeitos. Neste sentido, ele analisa duas relações de poder que se contrapõem. A primeira organizada pela noção de soberania, resultando em uma noção de poder como opressão, advinda

⁵ GGB – Grupo Gay da Bahia, que desenvolve um trabalho junto a outros grupos localizados em diferentes estados de coleta de dados sobre variados tipos de agressão que atingem os homossexuais. Anualmente GGB divulga as estatísticas sobre esses dados.

do contrato político. A segunda poderia ser formulada pela dupla opressão-repressão. Se, por um lado, a opressão é caracterizada como um abuso do poder, por outro, a repressão pode ser considerada com um dos seus efeitos. (SOUZA & GALLO, 2002). Poder e repressão são entendidos como estratégias que se prolongam para o campo da sexualidade. Dessa forma, a sexualidade não deve ser entendida como um discurso sobre o corpo, tampouco como um tratado a respeito do comportamento sexual, mas sim como um prolongamento desse poder que cria estratégias que nos leva a fazer falar sobre os desejos. O poder atua por meio dos discursos e das práticas sobre alguns aspectos da vida como, por exemplo, a sexualidade, que passa a ser, num primeiro momento, um dos campos da *biopolítica* (FOUCAULT, 1988).

É a repressão que vai ser um dos objetos de estudo de Foucault, entendida como resultado de um enfrentamento de forças e que servirá para evidenciar o surgimento de um poder disciplinar, que passa a integrar o processo de estatização. Se, na soberania, o foco era em “fazer morrer” ou “deixar viver”, esse novo tipo de poder vai se ocupar em “fazer viver” e “deixar morrer”. É o que Foucault chama de *biopoder* (FOUCAULT, 1988). Um poder cuja função não é mais matar, mas investir na vida, de cima para baixo. “Os conceitos de *biopolítica* e *biopoder* surgem na reflexão foucaultiana como o ponto terminal de sua genealogia dos micropoderes disciplinares, iniciada nos anos 70” (DUARTE, 2006, p. 47). Esses conceitos partem do entendimento do poder como plural, relacional e exercido por diversas práticas heterogêneas e sempre com a possibilidade de resistências e transformações. Não é algo como essência nem tampouco um bem possuído, mas que circula por meio de um conjunto de práticas sociais construídas historicamente, que atinge a todos e do qual ninguém pode escapar. Daí o diálogo entre o biopoder e o poder disciplinar, capazes de produzir o sujeito a partir de diversas relações de saber-poder que o caracterizam como assujeitado e disciplinado. O biopoder integra o poder disciplinar, direcionado ao corpo, ao sujeito, regulamentando a vida. Isso não significa dizer que não haveria investimento sobre indivíduos, mas apenas sobre população e coletividades. Para Foucault o investimento na vida das populações estaria nos efeitos que as estratégias de poder acabam tendo sobre cada um dos indivíduos, sobre o corpo de cada um e sobre aquilo que, embora amplo e geral, acaba sendo assumido como verdade “para cada um”. Enfim, os conceitos de biopoder e biopolítica serviram para explicar o surgimento, na passagem do século XVIII para o XIX, de um poder disciplinador e normalizador que ainda não atuava sobre os corpos individualizados e nem estava posto nas instituições, mas que se concentrava na figura do Estado por meio das políticas que visavam administrar a vida e o corpo da população.

O biopoder potencializa o controle, ampliando a disciplina que se exerce sobre o indivíduo e por meio da docilidade dos corpos. O crescimento da população, as taxas de nascimento e de mortalidade, as epidemias e a saúde, a duração da vida e as condições que podem fazê-la variar, passam a interessar e a serem assumidos mediante o desenvolvimento de toda uma série de intervenções e controles reguladores: *uma bio-política da população*. (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, o biopoder pressupõe o disciplinamento do indivíduo, associando as disciplinas dos corpos à regulação da população. “O biopoder não se opõe ao poder disciplinar, mas são tecnologias de poder complementares. Se a disciplina como tecnologia de poder se instala já no final do século XVII e consolida-se ao longo do século XVIII, o biopoder emerge durante a segunda metade desse mesmo século XVIII” (SOUZA & GALLO, 2002).

Para Souza & Gallo (2002), enquanto a tecnologia do poder disciplinar se instala na sujeição do corpo individual, no trabalho de torná-lo dócil, manipulável e controlado, o biopoder se dedica ao corpo coletivo, à população, esse novo corpo político, entendido como problema ao mesmo tempo científico e político, biológico e de poder. A população se torna objeto de controle e de investimento, construindo mecanismos de acompanhar e controlar a relação entre nascimentos e óbitos, definir os investimentos no combate das endemias e epidemias, tratando-se de “fazer viver” e, em determinadas situações “deixar morrer”, como a denúncia de Mott revela por outra via. As trajetórias de vida narradas, em ficção ou na vida real, mostram estratégias dirigidas a cada um em particular e à população em geral.

O advento da aids fortaleceu essa ideia de controle e investimento na população homossexual. Identificar os grupos mais ameaçados pela doença serviu para cristalizar a ideia de uma população homossexual masculina, com hábitos, comportamentos e práticas próprias e que resultou na formulação de políticas voltadas a ela. Talvez por isso os anos 1980 e 1990 tenham sido marcados pelo surgimento de diversos grupos gays, no seu papel de dar voz a esta população, lidando com as questões de “direito” e “dever” de ensinar e de conduzir para o caminho construído como ideal seus integrantes. Isso foi feito por meio de numerosas associações com o governo, em particular o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, os programas de controle de DST/Aids. A disciplina foi se transformando na preocupação em “ocupar-se consigo mesmo”, tomando novas formas, invadindo variadas instituições, se efetivando por meio de atitudes recomendadas, maneiras de se comportar adequadas, formas de viver saudáveis, que são constantemente alvos de reflexão, aperfeiçoamento e ensinamentos. É a disciplina e o controle que vão sendo incorporados ao sujeito.

Mesmo sendo complementar à disciplina, o surgimento da biopolítica estabeleceu uma nova forma de organização social, para além da sociedade disciplinar e que Deleuze vai chamar de *sociedades de controle*.

Encontramos-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um "interior", em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares. "Controle" é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. [...] Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. [...] Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas. (DELEUZE, 1992, p. 220).

Ainda tentando demonstrar a diferença e a complementariedade entre disciplina e biopoder, pode-se inferir que a primeira opera na relação corpo-organismo-disciplina-instituição e a segunda na série população-biologia-regulamentação-Estado. O foco passa, portanto, das instituições ao Estado, da construção da norma para a regulamentação. O encontro entre a norma e regulamentação fica mais claro em determinados casos, como na esfera da sexualidade que adquire, desde o século XIX, uma importância estratégica. A sexualidade envolve tanto o comportamento corporal quanto o processo biológico, exigindo, assim, um controle disciplinar, individualizante, vigilante, ao mesmo tempo em que, pelos seus efeitos procriadores, a preocupação passa do corpo do indivíduo para a população. Portanto, para Foucault (1988), a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população, o que explica o investimento e dependência na disciplina e também na regulamentação.

Reconhecendo a historicidade dos objetos e sujeitos, os estudos genealógicos inaugurados por Foucault, defendem a importância de se investigar a sua construção levando em consideração as suas condições de surgimento. Partindo de questões levantadas no presente, problematizá-las considerando sua história, pensando o seu aparecimento numa determinada época para pensar as continuidades e rupturas, construindo uma história do presente. Foucault toma essas questões do presente para voltar ao passado, o que não significa uma ideologia do retorno, na busca por um modelo a ser atualizado e seguido, mas reafirma a historicização do nosso olhar, a necessidade de refletir e problematizar "como nos tornamos o que somos a partir do que nós não somos mais". O

trabalho com a história, nesse caso, não é recuperar o passado para resolver os problemas do presente, mas fazer a história das instâncias e das relações de poder que investem, marcam e controlam o corpo, inscrevendo-o como um corpo dócil, produtivo e dotado de uma determinada sexualidade. Neste sentido, o que importa, não é o que somos, mas sim, como chegamos a nos tornar o que somos, para podermos contestar esses mecanismos de construção. É o entendimento da construção dos sujeitos pelo saber, como sujeitos de conhecimento; pela relação com os outros, como sujeitos construídos a partir da ação dos outros, pela ação de cada um consigo, como sujeitos que são construídos em meio a uma moral, que é internalizada e que age sobre si, conforme Veiga-Neto, 2003.

Nessa perspectiva, recuperar a construção da homossexualidade é voltar à trama histórica, como um campo de saber-poder, para buscar entender como o homossexual se torna "homossexual", ou seja, até que ponto o que está sendo organizado hoje depende desse passado. Além disso, pensar a construção da homossexualidade num contexto de criação da anormalidade, da ideia de doença, de diferença como aspecto que merece a disciplina, a cura, o afastamento, a regulação, é, ao mesmo tempo uma forma de problematizar essas categorias como também uma maneira de entendê-las como lugares de expressão do biopoder e do racismo de estado com sua consequente associação com a morte. Adamor e Túlio, ao revelarem e ao assumirem para si a homossexualidade, são cooptados por esses discursos, imagens e significados da homossexualidade. Para Flandrin, "não somos livres para recusar nossa herança: ela está grudada à nossa pele. E quanto mais quisermos ignorá-la, mais seremos seus prisioneiros" (1988, p. 8).

O século XIX é marcado pela preocupação com a classificação do que é o "anormal" (FOUCAULT, 2001). Esse domínio da anomalia funcionou a partir de três elementos: "o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora" (2001, p. 69). A sexualidade vai estar presente nesse domínio da anomalia, desde o seu início, como campo de normalização e de regulamentação. Primeiro porque o campo geral da anomalia vai inaugurar a preocupação com a classificação e com o policiamento. E, segundo, porque serão identificados e apresentados variados casos particulares de anomalia, caracterizados como distúrbios sexuais (FOUCAULT, 2001). Pensando que a homossexualidade também foi construída nesse contexto, parece difícil entendê-la sem levar em consideração a constituição desse domínio de normalização e regulamentação.

Os três elementos introduziram uma nova forma de relação com a sexualidade, criando três figuras, três personagens. Porém, Foucault (1988) ressalta que o importante não é entender esse domínio como simples expressão da

repressão, mas como a constituição de um novo mecanismo de poder e como construção de estratégias disciplinares que vão criar ao mesmo tempo uma multiplicidade de sexualidades, distribuídas entre as “normais” e as “anormais”, criando assim, novos campos de saber para corrigir e atuar especialmente sobre aquelas consideradas “anormais”. Quando se nomeiam essas formas de expressão, como aconteceu com a homossexualidade, não se trata apenas de listá-la ou excluí-la do real. Os mecanismos de poder que se inauguram estão mais ligados ao adestramento, à vigilância e à confissão do que à penalidade, trazendo para a discussão novos campos de conhecimentos dispostos a construir discursos inesgotáveis e corretivos, como a medicina, a educação, por exemplo. “Graças a esse apoio o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele” (FOUCAULT, 1988, p. 42-43).

Ainda é com essa visão do homossexual como personagem, capaz de ser identificado pela face e pelo corpo, como sendo um segredo que se trai, como algo que é do sujeito sem ter como fugir, que os envolvidos nos casos narrados estão trabalhando, entendendo a homossexualidade e produzindo discurso, perpetuando, neste sentido, o século XIX. Não é à toa que Adamor se torna uma disputa entre os grupos gays e a sua família, já que ele é transformado em personagem e “herói” (já que morreu) importante para a luta. Indignados com a morte, com o silenciamento do Estado e com a impunidade, a ABGLT⁶ e demais entidades do movimento GLBT⁷ solicitaram da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República um acompanhamento efetivo do caso, cobrando uma apuração rigorosa do assassinato junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

Uma das bandeiras dos grupos gays é a denúncia da situação de violação aos direitos humanos de GLBT no Brasil, desde preconceitos, discriminações, seguidos de agressões físicas e culminando com os requintes de crueldades dos assassinatos. O caso de Adamor serve para reforçar essa luta, daí a necessidade dos grupos de não deixá-lo morrer, como homossexual, ao contrário da família que investe num processo contrário – de matar o homossexual e recuperar o irmão, o filho, o tio. Tanto os grupos, como a família, colocam em funcionamento uma ideia de Adamor como um personagem, como se existissem duas pessoas que não dialogam. Querem ver e manter apenas aquele que lhes interessa, “matando” o outro que insiste em expor a diferença.

⁶ ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transsexuais.

⁷ GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

Em carta ao Governador do Estado do Amazonas,⁸ um militante homossexual presidente de um grupo gay de Goiás, questiona: "Ao gritar, antes de morrer, Adamor Guedes não tinha estas seguranças ao seu lado. Falhou o Estado que vê o homossexual avisando que poderia morrer e sem receber da Segurança Pública garantia de vida ou falhou o homossexual, que deveria ter pedido asilo político nos Estados Unidos ou Europa diante da falha de segurança que se vive neste país em especial os homossexuais que são esfaqueados e mortos dentro de suas próprias residências?"

Essas questões servem para ampliar a análise da biopolítica de Foucault, sobretudo para entender a passagem de um tipo de poder de "fazer viver" para "deixar morrer". É nesse ponto que se organiza o problema do *racismo de Estado*. Racismo como um duplo jogo: como efeito do biopoder, da regulamentação da população pelo Estado e como um retorno desse eu negativo que eu reprimi em algum momento mas que insiste em retornar. Ao deixar morrer os considerados "ruins" e deixar viver, cada vez melhor, "os bons", o racismo de estado acaba por possibilitar a relação guerreira com outras "armas". É o procedimento que serve para o Estado justificar o seu direito de matar, numa sociedade biopolítica, que tem como fundamento a afirmação da vida (SOUZA & GALLO, 2002). Ou seja, o direito de matar é resultado e mesmo organizado pela afirmação da própria vida, reforçando a ideia de que a exclusão do diferente, daquele considerado anormal e incapaz significa a purificação da humanidade e a possibilidade de melhora da vida da população.

Diante dessa situação, os grupos gays passaram a organizar sua luta e reivindicações numa visão do racismo somente pela face da recusa, como incapacidade de aceitar o outro, o diferente (PIERUCCI, 1999). No entanto, o racismo é mais do que isso, podendo ser também a "celebração da certeza das diferenças" (PIERUCCI, 1999, p. 26). Dessa forma, o racismo não é exclusividade do Estado, mas também está presente em toda obsessão e celebração da diferença. Essa atitude pode gerar uma urgência em destacar as diferenças para manter as distâncias, como ocorre quando Adamor e Túlio se definem como diferentes, em função de um desejo diferente e que os distingue e, como isso, mantêm a distância com outras orientações sexuais. "O racismo não é primeiro rejeição da diferença, mas obsessão com a diferença, seja ela constatável, ou apenas suposta, imaginada, atribuída" (PIERUCCI, 1999, p. 26).

No contexto da biopolítica, o surgimento do racismo exerce duas funções fundamentais. Em primeiro lugar, estabelece um corte por meio da

⁸ Essa carta enviada pelo presidente da AAGLT – Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – foi posteriormente colocada, via e-mail, na lista que participam grande parte dos grupos gays organizados no Brasil.

regulamentação ao separar aqueles que devem viver dos que devem morrer. Em segundo, sustenta a antiga disputa entre os indivíduos no contexto da biologia e preservação da vida. Pensar na história recente da epidemia da aids serve para exemplificar esse argumento. Surgida como “câncer gay”, a doença atingia, sobretudo, a comunidade homossexual masculina, no seu início, e não despertou a preocupação do Estado. Diante do desafio de enfrentar a epidemia e o silêncio do poder público, vários grupos gays surgiram incorporando em suas preocupações a educação (GÓIS, 2003). Primeiro porque a doença foi capaz de dar origem a variados debates em diferentes campos de conhecimento, como a Medicina, o Direito, a História, a Sociologia, a Educação e tantos outros. Segundo porque foram os primeiros a se organizarem diante de um duplo desafio: o enfrentamento da doença em si e a luta contra a aids social que gerava violência, discriminação e preconceito, já que os homossexuais tornaram-se os “culpados” pela difusão da doença e, portanto, deveriam morrer para assim, preservar o resto do conjunto da população.

Aquele que deve viver não é o mais corajoso, mais forte, ou mais politicamente hábil; o que deve viver é o mais puro, o “mais superior”, o mais sadio. A afirmação de sua vida e a eliminação de seu outro (isto é, o impuro) são a afirmação de toda a raça, são a afirmação de uma população mais sadia. (SOUZA & GALLO, 2002, p.48).

O discurso médico e da moral são invocados para definir o “impuro”, o “doente”, o “anormal”, o “incapaz” e assim, o que deve morrer para preservar a população e manter o conjunto. O mais interessante é que esse impuro não é o estrangeiro, o que está fora do conjunto, mas ao contrário, ele está entre nós, faz parte desse conjunto que sua morte preserva. Pode-se afirmar, portanto, que o racismo de Estado é uma forma de regulamentação que está além do poder disciplinar. Ele só vai ser possível a partir do disciplinamento dos indivíduos, agindo quando a disciplina falha. Aqueles que são disciplinados convocam o Estado para criar normas para disciplinar os outros. A disciplina opera com a normalização, separando aqueles considerados “normais” dos “anormais”. O biopoder trabalha com a exclusão do inferior. Assim, o exercício do racismo é o apagamento das diferenças, seja ele pela morte simbólica ou real.

Isso é possível, primeiramente, porque ele constrói uma divisão entre os homens, ele separa, fragmenta e um dos mecanismos disso é a sexualidade e a separação, por exemplo, entre homossexuais e as outras orientações sexuais. Em seguida, estimula o ódio e a manutenção das fronteiras entre elas. Ódio fundamentado no medo do outro entendido como ameaça – à pureza e à saúde. Organizado esse quadro, fica fácil promover a eliminação desse outro,

justificando como forma de garantir a saúde, a moral e a manutenção de uma sociedade disciplinada, ordeira.

No exercício do poder disciplinar ainda é possível a relação com a diferença, o que não ocorre no âmbito do biopoder, no qual a diferença é extremamente nociva, sendo necessária sua eliminação. Na sociedade disciplinar trata-se de investir no outro para transformá-lo no mesmo, entendendo a diferença como desvio da norma. No contexto do biopoder, a diferença cumpre a “função social” de garantir a legitimidade do Estado em promover a morte, de modo que se garanta a sanidade social, conforme Souza & Gallo (2002). A homossexualidade parece atingida por essas duas ações, tanto na tentativa de disciplinamento, correção, enquadramento – até mesmo no que se refere ao enquadramento do que é ser gay – quanto na aceitação e no silêncio diante de sua eliminação, seja pelos assassinatos ou pela política de prevenção à aids.

E a morte... – a Escola.

Segundo Foucault (1988), ao que escapa à sexualidade reconhecida, utilitária e fecunda – o quarto dos pais – resta encobrir-se, esconder nos corpos, silenciar-se. E se insiste em se mostrar, vira anormal: “receberá este *status* e deverá pagar as sanções” (1988, p. 9-10). Dessa forma, a homossexualidade, assim como outras formas de expressão sexual marginalizada, é expulsa, é negada e reduzida ao silêncio. Desde sua origem, a homossexualidade foi ligada à ideia de morte. Morte revelada na defesa de que a homossexualidade não existe e não deve existir e se insiste em aparecer, em se mostrar, deve-se fazer desaparecer – seja em atos ou palavras. Morte e sexualidade se tornaram tabus, traduzindo toda dificuldade em trabalhar e mesmo em falar abertamente desses temas. Falar deles é trazer para a relação certa cerimônia, um tom formal e sério. Daí a dificuldade da escola de perceber a transformação ocorrida com Túlio e a própria dificuldade do aluno em lidar com algo que deve desaparecer. A tentativa de suicídio parece ter sido ou pode ser entendida como um pedido de ajuda, uma denúncia de que também não está sabendo como lidar com esse lugar que foi atribuído a ele e que foi sendo construído nas relações sociais posicionando-o como homossexual.

São os cientistas sociais que inauguram a concepção de homossexualidade como construção social, diferenciando comportamento, papéis, categorização e identidades homossexuais. Mas essa análise só deu sua contribuição nas últimas décadas do século XX. O que parece ter dominado o estudo sobre a homossexualidade foi o discurso médico que tratou o homossexual como uma patologia, como um distúrbio psicosssexual, o que acabou contribuindo

para a atribuição de um caráter pervertido a essa forma de conduta sexual e social. Utilizando novamente Foucault (1988), a repressão parece ter dominado a virada do século XX. Ainda hoje, embora formalmente abolida a concepção de doença ou de desvio psíquico, boa parte do discurso médico trabalha com representações da homossexualidade ligadas à morte e à solidão. Santos (2005) ao analisar as campanhas de educação em saúde por meio da mídia de massa, especificamente, um anúncio de televisão de prevenção ao HIV/AIDS, demonstra como essas campanhas estão inseridas naquilo que se chama de *campanhas de mudança social*, já que investem num esforço de convencer a população homossexual, a vigiar, revelar, modificar ou abandonar determinadas ideias, atitudes e comportamentos. O autor ainda ressalta que essas campanhas só conseguem atingir o seu objeto na medida em que elas compartilham suas práticas discursivas com outras instituições que falam a mesma língua, como a escola, por exemplo, que também associam homossexualidade com morte e solidão. São discursos e representações que circulam na cultura, penetrando em cada momento e expressão da vida social contemporânea (SANTOS, 2005).

Ao que parece, civilização significava disciplina e, sobretudo, controle dos impulsos sexuais dos indivíduos. O poder disciplinar, a defesa e a manutenção da civilização estavam a cargo de instituições apropriadas para isso, tais como prisões, hospícios e escolas. Todas essas instituições tinham o objetivo de controlar, educar e, se preciso fosse, punir os indivíduos que estavam sendo desviados do que se considerava "normal". Assim, o resultado do controle e da repressão seria a manutenção harmoniosa da ordem e o domínio de "corpos dóceis". A partir dessas considerações parece possível estabelecer uma relação entre Túlio e Adamor. O que aconteceu na escola, assim como o que ocorre na sociedade de forma geral, no que se refere ao tratamento com a homossexualidade, com o diferente, parece estar se reforçando. A progressiva visibilidade e conquista de direitos da homossexualidade gerou uma reação contrária intensa, de grupos que se sentem ameaçados por estas conquistas. A denúncia de Mott quanto à impunidade das mortes dos homossexuais nos serve para poder inferir que essa naturalização vem sendo preparada desde a tenra idade, na medida em que somos apresentados a formas de tratamento com os homossexuais que nos ensinam a matá-los. Em nós mesmos com o silenciamento e com o entendimento de que a homossexualidade é uma doença, um desvio, um pecado e que deve ser escondido, calado, evitado e morto. As atitudes da sociedade deslizam da exigência de silêncio à exigência de morte.

Para Foucault (1988), o poder é um fenômeno mobilizador e não apenas um determinante de limites e os indivíduos que estão sujeitos a esse poder pela repressão nem sempre se relacionam pacificamente com ele. O poder, nesse

sentido, pode funcionar até mesmo como produtor de prazer. Sexualidade e poder se encontram interligados de muitas maneiras distintas. A homossexualidade pode nos servir como um bom exemplo de relacionamento entre sexualidade e poder e prazer. Não se pode acreditar que essa relação foi sempre pacífica, com o discurso dominando o prazer.

Atualmente, muitas representações sobre os homossexuais que dominam o senso comum mantêm viva essa definição de doença, perversão e pecado, fornecendo-lhe sempre uma visão única e homogeneizadora de toda coletividade, demonstrando, consciente ou inconscientemente, o desconhecimento das variações possíveis que existem no interior dessa categoria e que impossibilitam falar de homossexual, ao mesmo tempo em que obrigam a pensar em homossexuais, sempre no plural.

Cada indivíduo tem noções sobre o que vem a ser homossexualidade e sobre o que representa ter uma identidade homossexual, que é determinada por sua cultura e formação e, a partir daí, ele classifica os outros. Isso nos leva a crer que não existe identidade homossexual rígida, mas que se trata de uma construção, de uma negociação e de confrontação entre os grupos e indivíduos. A essência das identidades é a sua construção permanente e relacional. No entanto, as escolas ainda se relacionam como se existisse uma rigidez e, com isso, pretendem demarcar espaços e dominar os indivíduos considerados por eles como inferiores. Parece possível pensar que estamos lidando com níveis diferentes de adesão à homossexualidade, que correspondem a várias identidades e a várias homossexualidades. Assim, cada sociedade cria expectativas quanto ao comportamento que cada um deve desempenhar e essas expectativas são impostas e mesmo absorvidas por meio de uma série de mecanismos sociais. Isso é tão forte e está tão incorporado que é feito de forma sutil, despercebida e espontânea, definindo comportamentos e identidades homossexuais.

São essas questões que parecem estar demonstradas no que acontece com Túlio quando se identifica como homossexual e acaba assumindo comportamentos, tido por ele e pelos outros, como reservados aos homossexuais e que servem para confirmar a homossexualidade. Até que ponto isso também não seria uma forma de "matar" os outros tantos Túlios que se somam a este que "insiste" em aparecer? É o processo de absolutização da identidade homossexual, em que aquele classificado ou que assume a homossexualidade é limitado no homossexual, se tornando apenas "o" homossexual. Muitas vezes a escola trabalha com essa forma de lidar com a homossexualidade, achando-se democrática e sem preconceito, já que "fornece" as condições necessárias para o aluno "ser e expressar" sua homossexualidade. Ou seja, as escolas fornecem um lugar para o homossexual, o lugar que ela acha que cabe aos

206 Niterói, v. 10, n. 1, p. 189-217, 2. sem. 2009

homossexuais, definindo o que pode ser feito por esse aluno a partir das suas representações do que é ser homossexual. Assim, não contribuem para que esse aluno pense em outros lugares para além da homossexualidade. O aluno se torna, cada vez mais, o homossexual, e somente isso.

Pensar "o que eu sou" associado "ao que eu quero", ou seja, essa união entre identidade e desejo, estará sempre em diálogo com uma tentativa de adivinhar e se adequar "ao que eu devo querer", e no limite, "ao que o outro quer que eu queira". O outro aqui se refere tanto ao homossexual que está "ao lado" e que faz com que os desejos, comportamentos e experiências sejam as mesmas, quanto aos discursos que definem por meio das imagens, falas e representações, o que se espera de um homossexual. Daí, tanta necessidade de conhecer esse desejo do outro e de si próprio. Em última análise parece possível pensar que essa necessidade se enquadra no desejo de saber. A intenção aqui é exatamente questionar a respeito dessas práticas sociais que insistem em trabalhar com a ideia de identidade como atributo fixo. O que parece vigorar é a obsessão em garantir a associação entre o que digo que é preciso fazer e o que faço. Dessa forma, colocar e tentar responder a questão "quem sou eu?", revela certa obediência ao Outro, visto que se tratará da "descoberta" ou "revelação" da "verdade" sobre si mesmo, como se isso existisse, tentando estabelecer sua identidade, a mais singular. É confessar a um Outro em que consiste o meu desejo.

A homossexualidade, portanto, é discurso, investigação, conhecimento, criação de significados, troca simbólica, enfim, herdeira legítima da vontade de saber (FOUCAULT, 1988). Mecanismos que ocorrem como investigação e apropriação do próprio corpo e do corpo do outro, que passam pela falta, pela morte, pelo desejo e pelo prazer. Investigações que jamais são satisfeitas, exigindo sua repetição e retornos constantemente. É esse campo aberto, que influencia as relações ocorridas no interior das escolas, que ao mesmo tempo busca preencher e realizar essa dinâmica de organização da realidade, contribuindo para sua contínua necessidade de retorno e repetição.

E quando a homossexualidade está entre/em nós?

Essa pergunta já demonstra a intenção de ampliar a discussão da exclusão, expressa pela morte dos homossexuais, procurando entendê-la não somente como resultado de um mecanismo racista, mas também como processo de normalização. O homossexual, na medida em que se torna "o estranho", nos força a trabalhar com o imprevisível, para além daquilo que eu sei, pelos sentimentos que me despertam. O surgimento desse outro, tão estranho e tão familiar,

revela em que medida ele é o outro de cada um de nós, aquele que se afasta da norma, que é o (a)normal, mas que é ao mesmo tempo tão familiar. Mesmo porque o homossexual, assim como qualquer *diferente*, poderá ser assimilável se deixar de ser diferente. O processo de assimilação pela via do apagamento das diferenças é o que alguns autores chamam de “integração conservadora” (LOPES, 2002, p. 23), e é na tensão entre a conquista dos direitos pela afirmação potente da diferença e a conquista de direitos pela mimetização com as formas sociais mais gerais – o apagamento da diferença – que se encontra boa parte do movimento de luta homossexual brasileiro atualmente. Conviver com esse paradoxo não é uma situação fácil para todos. Daí as reações da família e da escola de excluir, evitar, calar e “matar”, respectivamente, Adamor e Túlio.

Neste sentido, esse paradoxo está colocando em funcionamento as duas noções de poder que trabalhamos anteriormente: a instância do poder disciplinar e do biopoder. Como o fora da norma, o convívio com o homossexual era possível, mesmo porque acionava o prazer em discipliná-lo, em trazê-lo para norma, que confirmaria seu lugar de (a) normal como também o poder das instituições na correção, no enquadramento. Mas, o homossexual é também estranhamente o mesmo, já que traz em si um pouco de cada um. Isso não significa dizer que todos aqueles que de alguma forma excluem os homossexuais são potencialmente homossexuais, mas essa afirmativa é uma maneira de problematizar como cada um construiu para si o que vem a ser homossexualidade e o homossexual.

Portanto, é pensar como cada um carrega um pouco dessa homossexualidade, que ao aparecer expõe essa construção por meio dos sentimentos, dos medos, das inseguranças, das atrações, dos prazeres. Por consequência, o homossexual também é o resultado de um pouco de cada um em si mesmo, mas ainda assim, sendo o outro. Nesse momento, a convivência se transforma e entra em cena a tecnologia do biopoder e o exercício de um racismo silencioso que age sobre o diferente, matando-o pouco a pouco, da morte simbólica até mesmo a real. Um “outro que é perigoso, que sabe demais” (SOUZA & GALLO, 2002, p. 49-50). Que sabe demais sobre mim, por isso perigoso e daí a necessidade de calar, de afastar, de eliminar. Elimina-se o indivíduo, servindo de exemplo para os demais que pensam em seguir o mesmo caminho, e dessa forma cada morte é um aviso aos demais, sejam homossexuais ou heterossexuais, sinalizando as fronteiras de aceitação das diferenças:

Dentre os homossexuais assassinados, 26% foram executados com objetos perfuro-cortantes: facas, facões, peixeiras, tesouras, navalhas, espetos, chave de fenda, estiletes, flechas, machados, enxadas etc. O teatrólogo Martinez Corrêa, 37 anos, após crudelíssima seção de tortura e sevícias, morreu com 80 facadas; o empresário Aparício Basílio

levou 97 tesouradas. Obviamente, o matador que desfere tantos golpes num parceiro homossexual não quer apenas matar aquele indivíduo em particular, e sim atingir toda a espécie dos veados, destruindo seu próprio desejo homossexual. (MOTT, 1996, p. 129).

São mortes que o Estado não se preocupou em averiguar, contribuindo para a manutenção desses fatos, assim como fundamentais até mesmo para a continuidade dessa relação entre Estado e o exercício de “deixar morrer”. Parece possível pensar numa relação complementar entre a ação do Estado e o subjetivo desejo daqueles que lidam com a “insistência” homossexual de aparecer e de fazê-los morrer. Uma relação que aproxima amor e ódio e que, portanto, parece organizada pela afetividade. O ódio e a aversão daqueles que não são iguais e a tentativa de sujeitá-los é porque já fizeram parte de nós em algum momento, organizam a memória de um desejo interdito, que se aprende, desde cedo, que deve ser evitado, morto. O homossexual é algo que se tornou estranho e perigoso, exatamente por ser tão familiar e de insistir em retornar, fazendo parte de um desejo que foi proibido por repressão. Dessa forma, o homossexual não tem nada de estranho, mas de familiar e que está estabelecido no pensamento, nos discursos e nas representações, organizadas em grande parte pelos processos de repressão.

Neste sentido, o contato com o homossexual pode servir para transformar algo que está interno e morto em externo e vivo, trazendo à tona a insegurança e o desconhecimento desse *eu*. Pensando que a formação do *eu* passa pela imagem do outro, esse outro homossexual pode revelar a dinâmica do desejo, expor para mim mesmo um pouco desse *eu* desconhecido. Ao mesmo tempo em que isso causa repulsa, também gera atração. Assim o homossexual é construído nesse jogo entre repulsa e atração, ódio e amor, afastamento e aproximação, silêncio e a “vontade de saber”. Esse eterno desconhecimento expõe a impossibilidade da realização do desejo, sustentando a tensão do convívio com essa falta eterna. Por isso as mortes dos homossexuais são tão desejadas, mas também temidas e perturbadoras.

A existência das homossexualidades

Diante do desafio de responder as questões levantadas até aqui e de enfrentar o silenciamento das homossexualidades, é importante discutir as políticas nacionais e o papel dos grupos gays nesse aspecto. Os grupos gays se tornaram um dos locais de possibilidade de construção das homossexualidades, relacionando, desde sua origem, à luta contra o silêncio e a “morte”. Tornaram-se os responsáveis por dizer as “verdades”, “revelar” e “possibilitar” a emergência das homossexualidades e dos homossexuais. No ano de 2005, o Ministério da Educação e Cultura lançou um programa destinado ao combate da homofobia

nas escolas – *Brasil sem homofobia* – buscando fortalecer a articulação entre as diferentes instituições de ensino e movimentos sociais, especificamente, os grupos gays e lésbicos para o combate da homofobia nas escolas. O projeto partia da constatação de uma realidade discriminatória e preconceituosa com as identidades homossexuais que têm reflexos na vulnerabilidade e na construção traumáticas dessas identidades. De certa forma, a elaboração de um projeto, que diz respeito direto à educação e, por isso, concentra nosso interesse, confirma as reflexões feitas até aqui. Dos projetos apresentados foram selecionados 15, sendo que 14 deles organizados por grupos gays, quase todos voltados para a capacitação de professores para o trabalho com as homossexualidades. Neste sentido, é importante verificar como os grupos estão contribuindo para fortalecer a articulação entre discursos, saberes e poder na constituição dos homossexuais, reforçando a sua institucionalização como locais autorizados para as definições das “verdades”.

O interesse dos grupos pelo ambiente escolar e pela capacitação dos professores não é novo, estando presente na pauta de luta desde o seu surgimento, no início da década de 1980 se tornando mais atuante a partir do surgimento da aids, que foi capaz de fortalecer a relação entre saúde e educação. O interesse pela educação e pela escola foi motivado pelas histórias vividas, já que os integrantes dos grupos traziam sempre uma visão de escola ligada a situações de preconceito e discriminação. Cabe aos grupos gays de luta contra a homofobia e discriminação auxiliar na construção de uma outra escola, capaz de evitar novos “Túlios”. Esses aspectos foram reforçados por meio dos comportamentos e pensamentos valorizados e recomendados em tempos de HIV/Aids. Os grupos buscaram, assim, ocupar o espaço escolar, levando à discussão da homossexualidade. Cabe questionar que imagens de homossexuais estão sendo construídas nesse diálogo, quais são as potencialidades e os desafios de uma ação como essa, que jogos de poder estão organizando essas intenções?

Quando os grupos são convidados a falar, quando organizam uma manifestação ou quando constroem um projeto de ação nas escolas e com adolescentes, o que parece estar em jogo é a luta pela própria existência do grupo como grupo, não no sentido da instituição, mas como construção de uma coletividade, um sentido de pertencimento, o que serve para garantir a própria existência das homossexualidades e dos homossexuais, num trabalho contra o silenciamento e a “morte”. Além disso, estão buscando ampliar essa existência para outros membros. A revelação da existência nas palavras “eu sou homossexual” traz uma outra revelação que é a possibilidade do “outro” como “eu sou”. A existência de um reforça a do outro, que reafirma a primeira, e ambas reafirmam a do grupo, que só existe na medida em que os homossexuais também existem.

210 Niterói, v. 10, n. 1, p. 189-217, 2. sem. 2009

O homossexual se constitui como tal por meio dos centros de poder que o definem e sancionam seus papéis, sejam os grupos, a mídia ou o social. Desse modo, a reflexão sobre si-mesmo e a experiência vivida passam por esses centros de poder e pelos discursos de verdade que eles constroem. "Não se nasce homossexual, aprende-se a sê-lo. A carreira homossexual começa pelo reconhecimento de desejos sexuais específicos e pelo aprendizado dos lugares e dos modos de encontrar parceiros" (POLLAK, 1987, p. 58).

Os grupos gays parecem vivenciar essa visão mais do que refletir sobre ela. Tanto que essas saídas para além das reuniões e para além das sedes visam, dentre outras coisas, contribuir para a existência da homossexualidade, para fazê-la nascer. Daí a necessidade e a importância em se definir o que é ser homossexual, como se torna e fornecer exemplos de descobertas e de histórias de vida desses sujeitos. E, principalmente, demonstrar como os grupos gays podem representar um lugar importante de aprendizado, de encontro com outros homossexuais e de troca.

Segundo Pollak (1987) grande parte dos homossexuais já está convencida de sua orientação sexual antes mesmo de terem uma experiência sexual com pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade seria, portanto, definida ou pela essência ou pela sociedade que coloca variados modelos que possibilitam que as pessoas se identifiquem com um deles. Esse tipo de reflexão também parece organizar as saídas dos grupos, que, por meio de seu trabalho, revelaria ou ajudaria que as pessoas se entendessem e se revelassem como homossexuais, ou seja, que reforçassem algo que elas "sempre" foram e que não sabiam ou não queriam admitir para si mesmas e para os outros. A "política do sair do armário", não parece ser apenas a revelação pública, mas também a revelação para si mesmo, comungando com a ideia de que a sexualidade é tão proibida e silenciada que às vezes é preciso se esconder das próprias pessoas, daí a necessidade de buscá-la no fundo dos desejos, pensamentos e emoções e revelá-la.

O homossexual, então, acaba sendo colocado em modelos de história de vida, em que as etapas a serem percorridas são definidas como obrigatórias, assim como os comportamentos valorizados. "O processo que vai do primeiro sentimento homossexual ao primeiro contato e ao momento em que o homossexual assume plenamente sua orientação quase sempre se estende por vários anos, e em muitos casos dura até a idade de trinta anos" (POLLAK, 1987, p. 58). Acreditar nisso faz os grupos gays centralizarem suas ações na tentativa de antecipar essa "angústia" de sentir e não viver. Quanto mais cedo o homossexual (visto que a pessoa já é homossexual porque já sente desejos pelo mesmo sexo) viver a sua homossexualidade, mais cedo será feliz. A felicidade estaria ligada

diretamente à ideia de revelação, aceitação e vivência da homossexualidade. Uma vez assumida, a pessoa está pronta para entrar no mercado voltado para os homossexuais, como, por exemplo, os intercâmbios sexuais, a frequência em boates, saunas, cinemas, a compra de livros, revistas, a troca de informações e a participação nos grupos, confirmando, assim, que a entrada nesse circuito garante a existência da homossexualidade, desse mercado e dos grupos.

Nesse sentido, os grupos vêm dispensando uma especial atenção à organização dos jovens homossexuais e mesmo ao fornecimento de informação para eles, de forma geral, a respeito da homossexualidade, pois estes se constituíram como fundamentais para a militância. A preocupação com estes jovens é justificada pelos grupos gays devido à necessidade de promoção de uma atenção diferenciada com a aprendizagem, tendo como foco a leitura de mundo, em que primeiro existe a necessidade de se romper com as interpretações que nos são dadas (LARROSA, 2000). O trabalho com estes adolescentes está servindo muito mais para o reforço da identidade e de modelos que o grupo defende, do que para problematizar a construção das homossexualidades em sua diversidade no espaço escolar. Dessa forma, as pessoas que se descobrem homossexuais por meio dos grupos vão construindo uma história articulada à de seus membros, demonstrada em seus discursos nas reuniões. O encontro com o grupo parece fundamental para a construção das identidades, já que toda identidade é construída individualmente e coletivamente, daí a importância do social, que fornece os modelos.

A busca por informação é uma necessidade constante na iniciação das práticas sexuais e na construção das identidades. Informação que significa processos de aprendizagem, que podem ocorrer em diferentes contextos: na família, na escola, no grupo de amigos, nos meios de comunicação e nos movimentos sociais. Desse modo, a discussão se refere à construção de identidades homossexuais. Toda identidade é relacional. Como existem diversas identidades homossexuais, para cada um se identificar individualmente como homossexual, a princípio passa pela identificação dos diferentes grupos que o rodeiam e só assim é possível se identificar com um em especial. Então, uma questão que leva as pessoas aos grupos gays é o fato de terem se identificado como gays em algum momento de suas vidas. Como ressalta Woodward (2000) as "identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas" (WOODWARD, 2000, p. 8). Essas questões parecem interligadas, ou seja, identificar-se como gay e encontrar o seu grupo de pertença passa pela linguagem e pela imagem.

É cada vez mais frequente o entendimento do discurso como construção social, como uma ação no mundo. Assim, o seu significado é construído e

negociado pelos envolvidos, que estão situados num contexto social, histórico, cultural e em meio a relações de poder que posicionam cada um dos participantes. Quando os integrantes falam sobre homossexualidade eles recorrem às suas histórias de vida e de outros membros como exemplo, que servem para construir a realidade e para que o público entenda de que realidade social estão significando e do que estão falando.

Pensar o discurso como construção social é pensar como a realidade vai sendo construída pelos participantes e como eles próprios vão construindo a si mesmos e aos outros em seus discursos. Assim, por mais que os integrantes dos grupos não tenham consciência desse processo de construção que une discursos (linguagem) e identidades, eles estão percebendo a construção das identidades homossexuais como processos, que são sempre intermináveis porque dizem respeito às representações, aos discursos, às imagens que estão sendo produzidas sobre homossexualidades.

Então, ao falar de homossexualidade para adolescentes, por exemplo, e contar o que passaram, como se sentiam e como agiam quando eram também adolescentes, estão criando vínculos por meio dos discursos, como aqueles que sentem e agem da mesma forma ou que se aproximam do que eles falam. Se as identidades são construídas pela linguagem, pela relação com o outro, há de se discutir como os grupos estão contribuindo para a construção das identidades dos adolescentes quando vão às escolas falar sobre as homossexualidades. Qual o papel das histórias compartilhadas nesse processo? Como a história do outro serve para a construção de pertencimento? Como nos engajamos e engajamos os outros nos discursos e como os significados são construídos? Assim sendo, a construção das identidades pode ser entendida como resultado dessa socialização, seja ela feita no encontro dos indivíduos com as imagens e discursos construídos no social, seja dos grupos gays com as escolas, seja no interior dos grupos com o compartilhamento das histórias de vida.

A identidade como homossexual é construída em diálogo com os outros, mais do que pela convicção de pertencimento ao grupo. Mas, a partir daí, o sujeito busca informações sobre o que é ser homossexual. Assim, o espaço dos grupos gays se torna local de informação por excelência, lugar procurado para se saber quem é, ou seja, para descobrir o que é essa "coisa" chamada homossexual. Seguindo esse raciocínio, o trabalho dos grupos gays adquire um outro sentido, de extrema importância e responsabilidade. São momentos planejados, organizados com dinâmicas, oficinas, vídeos e distribuição de material.

A narrativa das histórias de vida parece servir para entendimento de quem conta e de quem ouve, de como aprenderam a construir suas identidades

como homossexuais na vida social. Neste sentido, elas servem para criar sentidos, para explicar o mundo e para entender como nós somos neste mundo. Contar e ouvir histórias de vida, expressar emoções, sentimentos e significados serve para construir a identidade de quem conta e as identidades dos outros, que estão participando dessas narrativas. Compartilhar vivências cria uma noção de grupo de pertencimento, já que a história contada não é somente a de quem conta, mas igualmente a dos outros, seja pelo que se assemelha ou pelo que se diferencia.

Parece suficientemente claro que não é possível pensar a construção das identidades individuais sem uma relação com o social, já que a construção ocorre no contato e confronto com outros indivíduos. Como nos lembra Hall (1999, 2000), Veiga-Neto (2000), Silva (2000), Woodward (2000), as identidades se fundam no social, ocorrendo uma relação entre a identidade individual e a identidade social. Desse modo, os grupos adquirem uma maior importância já que são eles que fornecem algum sentido de uma história e de uma experiência compartilhada. Ou seja, há um sistema de significação que passa a ser partilhado pelos integrantes do grupo e que serve para que outros indivíduos se sintam parte dessa experiência, gerando o sentido de pertencimento. Assim, os novos integrantes passam a fazer parte, ao mesmo tempo, desse sistema de significação e do grupo.

A preocupação com a educação e a ação dos grupos nas escolas demonstra a importância desse espaço e dos jovens para a manutenção dos grupos e para a construção de discursos sobre a homossexualidade. A construção das identidades individuais e coletivas e, portanto, a afirmação da existência da homossexualidade e dos homossexuais contra o seu silenciamento (e morte) e, também, a manutenção dos grupos gays passa pela noção de reconhecimento, de pertencimento e de solidariedade, fundamentais para que novos membros integrem-se, renovando-os, demonstrando como esses processos podem ser entendidos como educativos.

Considerações Finais

Os temas ligados ao prazer foram insistentemente desenvolvidos desde o século XVIII, de forma que eles servem para entender a organização da moral em torno das homossexualidades. Esta não foi capaz de barrar os desejos, mas foi capaz de incorporar as preocupações com proibições, exigências e receitas. Com isso, foi capaz de construir sujeitos, exigindo que se preocupem e se enquadrem em determinadas maneiras de se ver, de "ser" e de viver. Neste sentido, o que pretendemos com esse artigo foi problematizar essas construções

dos sujeitos homossexuais, demonstrando como os discursos a respeito das homossexualidades, produzidos nas diversas instituições, acabam contribuindo para o exercício dessa moral, definindo critérios estéticos e éticos de existência. Assim, o conhecimento de si torna-se mais importante, renovando a exigência do autoconhecimento, que passa pela necessidade de se pôr à prova, de se examinar, de controlar-se, de produzir verdades sobre si mesmo – o que se é, do que se quer, do que se deseja, do que se faz e o que se é capaz de fazer.

Dessa forma, vão-se construindo Adamor e Túlio, tão distantes e tão próximos um do outro. Vão-se construindo em diálogo com família, escola, grupos gays, enfim, em relação com o outro, a partir do outro e pelo outro. Essas questões, portanto, colocam um desafio para as escolas e para pensarmos o processo educativo dos sujeitos homossexuais: reconhecer e enfrentar a existência de uma multiplicidade de homossexuais contra a tentativa de “aprimonia-los” numa identidade única. A necessidade de abandonar os conceitos estáveis e seguros, como, por exemplo, a ideia de identidade e de homossexualidade, como unificadora, é uma forma de pensar os discursos como algo também instável e diverso, que causa desestabilização e insegurança. Por isso, muito mais produtivo é questionar como as coisas funcionam e acontecem, compartilhando essas questões e dúvidas, em vez de buscar saídas e respostas estáveis e seguras. Os lugares de onde as pessoas falam, os espaços em que se constroem, trocam, relacionam-se e evitam-se são múltiplos, mostrando seu caráter contingente, histórico e de construção. Assim, a grande pergunta deste artigo é a respeito das condições de possibilidade de existência das homossexualidades e dos homossexuais e também das condições de sua própria racionalidade, sem a preocupação de fornecer respostas, mas de socializar as problematizações.

Abstract: This article has discussed the educational dimension of the homosexuality construction considering the ideas of death that reach, greatly, these “weird, abnormal and different people”. Based on Foucault’s concepts about biopower and racism of State, we looked forward to examine the exclusion as a result of assimilatory and racism processes, demonstrating that the discursive practices go further to influence simply the function of describing and nominating the “real”, creating and legitimating what we call and identify as “the reality”. In this sense, homosexuality as well as racism, are perceived as product of mechanisms that articulate as much the subjective fear of identifying itself with the desire that comes

*from the "other", at the same time weird
and close to myself, as from a net of power.
With this analysis, the intention is to think how
these questions are present in schools.*

*Keywords: death; homosexuality; edu-
cation; exclusion; discipline.*

Recebido em fevereiro de 2009 e aceito em maio de 2009.

Referências

- AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro Dágua*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- BRITZMAN, Deborah P. O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.
- DANIEL, Herbert. *Vida antes da morte - life before death*. Rio de Janeiro: ABIA, 1994
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o ocidente – evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GÓIS, João Bosco Hora. A mudança no discurso educacional das ONGs/AIDS no Brasil: concepções e desdobramentos práticos (1985-1998). *Revista Interface – comunicação, Saúde e educação*. v. 7, n. 13, p. 27-44, 2003.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOPES, Denílson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Currículo, gênero e sexualidade – o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira et alii (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOTT, Luiz. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, Gilberto &
- ALVITO, Marcos (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996.

- PIERUCCI, Antônio Flavio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? In: ARIÈS, Philippe & BÈJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais – contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979
- SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos Santos. Campanhas de Educação em Saúde através da mídia de massa: solidão e morte como representações de homossexualidade em um anúncio televisivo de prevenção ao HIV/AIDS. *Mimeo*, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA, Regina Maria de & GALLO, Silvio. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. *Educação & Sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação*. N. 79, p. 39-64, 2002.
- SOUZA, Herbert José de. *A cura da AIDS*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994
- VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e educação: outros estudos foucaultianos. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.